Environmental Peacebuilding: definições, tendências e contradições de um emergente campo de estudos[1]

Environmental Peacebuilding: definitions, trends, and contradictions of an emerging field of study

Environmental Peacebuilding: definiciones, tendencias y contradicciones de un campo de estudio emergente

Aureo Toledo[2]
Ana Flávia Vilela Silva[3]
DOI: 10.5752/P.2317-773X.2025v13n2p77-96

Enviado em: 14 de julho de 2025
Aceito em: 17 de outubro de 2025

RESUMO

O que é *environmental peacebuilding*? Face ao crescente e urgente debate sobre o impacto das mudanças do clima e a necessidade de proteção do meio ambiente, tem crescido a discussão sobre como a questão ambiental contribui não apenas para emergência de conflitos, mas sobretudo para a construção de uma paz duradoura e resiliente. Nesse sentido, mediante revisão bibliográfica e análise qualitativa de trabalhos selecionados, a proposta do artigo é apresentar o campo de environmental peacebuilding. Para tanto, estruturamos o artigo por meio da discussão das principais definições sobre o campo e suas intersecções com os Estudos para Paz; seguido da análise de tendências emergentes no debate e das principais críticas realizadas até o momento. Ao final, argumentamos que a despeito das contradições identificadas, trata-se de campo potencialmente promissor para abertura de caminhos originais para a construção de alternativas mais justas e inclusivas para paz, particularmente quando articulado com perspectivas de gênero, abordagens locais e cosmovisões e práticas indígenas.

Palavras-chave: Environmental Peacebuilding; Estudos para Paz; Gênero; Práticas Indígenas

1. O presente trabalho recebeu apoio do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa V), parceria entre a CAPES e o Ministério da Defesa, no âmbito do projeto de pesquisa "Preparar para proteger: Aprendizado organizacional militar no Brasil face a novos contextos de crise humanitária".
2. Professor Associado e Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Paz, Segurança Internacional e Estudos Estratégicos (NUPSIEE-UFU) da Universidade Federal de Uberlândia. Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Visiting Scholar na The University of Manchester, Humanitarian and Conflict Response Institute, financiado pela CAPES. Fulbright Visiting Scholar na George Mason University, Jimmy and Rosalynn Carter School for Peace and Conflict Resolution. (aureotoledo@ufu.br). ORCID: 0000-0002-6083-0562.
3. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Paz, Segurança Internacional e Estudos Estratégicos (NUPSIEE-UFU) e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. (anaflaviavilelasilva5002@gmail.com). ORCID: 0009-0005-8647-4673.

ABSTRACT

What is environmental peacebuilding? The growing and urgent debate surrounding the impact of climate change and the critical need for environmental protection has increasingly highlighted how environmental issues not only fuel conflicts but, more importantly, contribute to building lasting and resilient peace. This article aims to introduce the field of environmental peacebuilding through a comprehensive literature review and qualitative analysis of selected works. To achieve this, we have structured the article by discussing the core definitions of the field and its intersections with Peace Studies; analyzing emerging trends within the current debate; and examining the primary criticisms leveled to date. As a conclusion, we contend that despite identified contradictions, this field offers significant promise for pioneering more equitable and inclusive pathways to peace, especially when integrated with gender perspectives, localized strategies, and indigenous worldviews and practices.

Keywords: Environmental Peacebuilding; Peace Studies; Gender Perspectives; Indigenous Practices

RESUMEN

¿Qué es *environmental peacebuilding*? Frente al creciente y urgente debate sobre el impacto del cambio climático y la necesidad de proteger el medio ambiente, ha aumentado la discusión sobre cómo la cuestión ambiental contribuye no solo a la emergencia de conflictos, sino sobre todo a la construcción de una paz duradera y resiliente. En este sentido, mediante una revisión bibliográfica y un análisis cualitativo de trabajos seleccionados, la propuesta del artículo es presentar el campo de environmental peacebuilding. Estructuramos el artículo a través de la discusión de las principales definiciones sobre el campo y sus intersecciones con los Estudios para la Paz, seguido de un análisis de las tendencias emergentes en el debate y las principales críticas realizadas hasta el momento. Al final, argumentamos que, a pesar de las contradicciones identificadas, se trata de un campo potencialmente prometedor para abrir caminos originales para la construcción de alternativas más justas e inclusivas para la paz, particularmente cuando se articula con perspectivas de género, enfoques locales y cosmovisiones y prácticas indígenas.

Palavras clave: Environmental Peacebuilding; Estudios para la Paz; Perspectivas de Género; Prácticas Indígenas

1 INTRODUÇÃO

A proteção ao meio ambiente tem ganhado cada vez mais visibilidade, particularmente com o aumento de catástrofes climáticas que afetam diretamente o bem-estar da população civil. Nesse sentido, diversos movimentos e ativistas ambientais tem atuado para que mais ações sejam adotadas por parte dos Estados, a fim de assegurar um meio ambiente sustentável, limpo e saudável para as próximas gerações, o que é inclusive resguardado como direito humano pela ONU (Organização das Nações Unidas, 2022).

Dentro do campo dos Estudos para Paz, a discussão envolvendo a temática ambiental não é nova. Com o advento do que convencionou designar Estudos Críticos de Segurança Internacional, notou-se um processo de ampliação e aprofundamento das discussões sobre o que seria uma ameaça à segurança internacional. A partir dessa perspectiva, segurança

internacional não deveria estar restrita apenas à busca do conhecimento cumulativo sobre a ameaça, uso e controle da força militar (Walt, 1991). Pelo contrário, a ênfase na dimensão militar restringiria em demasiado a compreensão das ameaças contemporâneas.

Adicionalmente, em termos metodológicos, a centralidade do Estado impediria a apreciação de novos atores do campo, além de manter tal entidade como referente último da segurança (Krause; Williams, 1997). Por conseguinte, a ampliação temática da agenda de pesquisa, assim como suas revisões ontológicas e epistemológicas possibilitaram pesquisas sistemáticas sobre a conexão entre meio ambiente e segurança internacional. Surgiram assim perspectivas favoráveis à tal vinculação (e.g. Gleick, 1991), até àquelas críticas, as quais argumentam que o foco tradicional da segurança nacional – a violência interestatal – tem pouco em comum com os problemas ou soluções ambientais (e.g. Deudney, 1990).

De um ponto de vista da construção da paz, destaca-se a partir da década de 1990 o debate sobre environmental peacebuilding[4] o qual, em linhas gerais, aborda a temática por duas vias. De um lado, argumenta-se que cooperação ambiental pode contribuir para a construção da paz; por outro, a disputa por recursos naturais pode intensificar ou gerar conflitos (Ide *et al.*, 2021). Tais estudos representaram uma contribuição importante, pois possibilitam o entendimento da paz de modo mais duradouro e abrangente. Isso ocorre pois considera-se tanto a esfera de prevenção de conflitos, quanto a construção de paz durante e após conflitos, tendo o meio-ambiente como elemento-chave para a segurança e a construção de cooperação (Dresse *et al.*, 2019; Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021; Krampe; Swain, 2021).

Embora seja uma área de pesquisa recente e heterogênea (Krampe; Swain, 2021), a environmental peacebuilding tem se consolidado como um terreno fértil para o desenvolvimento de pesquisas dentro dos Estudos para a Paz, sobretudo quando notamos as crescentes contribuições envolvendo paz e gênero, abordagens locais, e perspectivas indígenas por exemplo (Ide *et al.*, 2021). Contudo, no âmbito da política internacional, encontramos uma incoerência notável, na medida em que diversas lideranças reconhecem o caráter global dos problemas ambientes, porém procuram eximir-se de suas responsabilidades para a resolução do problema (Ide, 2017). Ademais, é possível também notar que os danos das mudanças do clima são assimétricos, recaindo principalmente sobre países subdesenvolvidos, que, em geral, são os menores emissores de poluentes nocivos ao meio ambiente (Maathai, 2009; Marcantonio, 2022).

Diante desse panorama, este artigo se propõe a fazer uma revisão da literatura sobre environmental peacebuilding. Mediante análise qualitativa de textos selecionados, o artigo estrutura-se em três seções, excetuando-se esta introdução e as considerações finais. Na primeira seção apresentamos as relações analíticas entre os Estudos para Paz e o debate sobre environmental peacebuilding, destacando os conceitos centrais. Na segunda seção discutimos as tendências de estudo mais recente no campo. Por fim, na seção seguinte, apresentamos as principais críticas

4. Dado não haver uma tradução consagrada para o português dessa expressão, optamos por mantê-la no original em inglês.

direcionadas a environmental peacebuilding. Ainda que modesto, compreendemos que, nesses termos, o artigo contribui para apresentação e discussão de faceta importante dos debates relativos à construção da paz.

2 CONCEITUANDO ENVIRONMENTAL PEACEBUILDING

Como anteriormente apontado, a discussão sobre meio ambiente, recursos e conflitos não é nova, de modo que há a necessidade de destacarmos qual o ganho analítico de discutir tais temas a partir dos Estudos para Paz. Nesse sentido, antes de adentrarmos especificamente sobre os conceitos próprios de environmental peacebuilding, convém demarcar em que bases a presente discussão será realizada.

Uma das bases seminais do campo dos Estudos para a Paz é a distinção proposta por Johan Galtung (1969) entre paz negativa e paz positiva. Segundo Oliveira (2017), essa distinção resultou em epistemologias distintas para a investigação da paz. Para Galtung (1969), a paz negativa se define pela ausência de violência física e psicológica, o que, consequentemente, direciona a investigação para maneiras de findar conflitos diretos — em uma escala ampliada, as guerras. Por outro lado, paz positiva ilumina as razões estruturais da violência, como injustiça econômica e opressão social, por exemplo, nos levando a inquirir como podemos superar determinações que causam e/ou sustentam ações violentas. Dessa perspectiva, qualquer tentativa de construção da paz perpassa análise e enfrentamento das condicionantes estruturais da violência.

Tomando como referência tais epistemologias para estudo da construção da paz, vemos que o meio ambiente é discutido em ambas. Em termos de paz negativa, a temática ambiental é vinculada diretamente à eclosão de conflitos violentos e um dos exemplos mais ilustrativos dessa perspectiva é oriundo dos trabalhos de Thomas Homer-Dixon (2001). Segundo o autor, pressões sobre recursos e degradação ambiental levam a escassez e, consequentemente, violência, com destaque para conflitos étnicos, golpes de Estado e insurgência. Há igualmente discussões sobre como acesso a determinados recursos saqueáveis, como diamantes, petróleo, entre outros, também podem dar início a disputas geopolíticas e intraestatais. Contudo, conforme Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011) apontam, a escassez é ocasionada por competições políticas.

Por outro lado, quando tratamos do meio ambiente pelo prisma da paz positiva, a temática ambiental passa a ser vista como o pano de fundo para a compreensão de conflitos, muitas vezes compondo o cenário de violência estrutural que condiciona as disputas em questão. Isso é mais evidente em questões relativas a mudanças do clima pois, como salientam Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011), seus impactos tendem a ampliar as possibilidades de desastres naturais que fragilizam diversas populações ao redor do mundo, porém não está diretamente vinculada à erupção de conflitos armados violentos. É a partir dessa segunda perspectiva que procuraremos enquadrar as discussões contemporâneas de environmental peacebuilding.

Environmental peacebuilding surgiu na literatura nos anos 1990 (Ide *et al.*, 2021; Marcantonio, 2022), apresentando diversas definições, de

acordo com especificidades de cada autor. Uma definição clássica afirma que "environmental peacebuilding compreende as múltiplas abordagens e caminhos pelos quais o manejo de problemas ambientais são integrados e podem sustentar a prevenção, mitigação, resolução e recuperação de conflitos" (Ide *et al.*, 2021, p. 2–3). Outras definições expandem o escopo do campo para além do manejo ambiental, enfatizando a cooperação entre as partes de um conflito violento como resposta aos desafios ambientais, com o objetivo de construir uma paz duradoura (Dresse *et al.*, 2019; Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021).

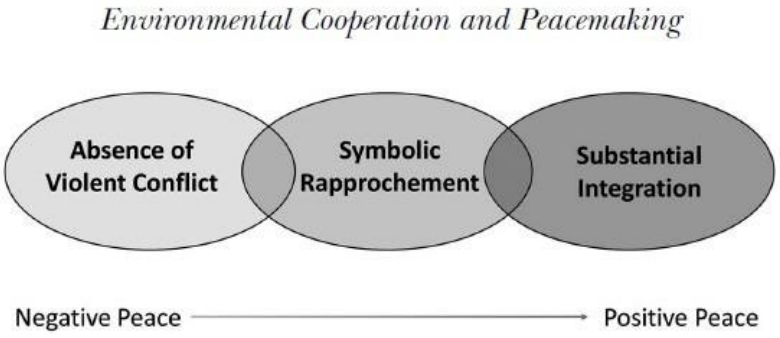
A premissa central desse campo é que questões ambientais transfronteiriças podem ser transformadas em oportunidades para substituir a rivalidade por parcerias de longo prazo. Em conflitos interestatais, propõe-se subverter as fronteiras político-administrativas em favor de fronteiras ecossistêmicas. Ou seja, trata-se de buscar soluções de *win-win*, ao promover o diálogo e entendimento entre os atores envolvidos (Dresse *et al.*, 2019), inclusive em contextos marcados por conflitos sociais e políticos em múltiplas escalas. Sob essa perspectiva, os autores interpretam a paz construída pelos projetos de EPB como um *continnum* entre paz negativa e paz positiva (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021; Sommer; Fassbender, 2024).

Além da incorporação das epistemologias de paz negativa e positiva, o campo de *environmental peacebuilding* incorpora outros entendimentos dentro do continuum de paz. Ide (2019) amplia o entendimento de paz ao discutir três cenários de construção de paz, esquematizados na figura 1. A primeira concepção descrita pelo autor é a *ausência de confiito violento*. Nessa perspectiva, a construção de paz ambiental busca prevenir a eclosão de violência resultante da exploração descontrolada de recursos naturais, da destruição de ecossistemas ou do colapso de meios de subsistência baseados no meio ambiente bem como evitar conflitos em que um ou mais Estados iniciem violência direta ou ameacem (Ide, 2019).

A segunda concepção entende a paz como um processo de *aproximação simbólica*, em que o meio ambiente se torna um canal de reconciliação e confiança entre as partes, a partir da gestão conjunta de recursos (Ide, 2019; Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021; Sommer; Fassbender, 2024). Nesse cenário, a paz é alcançada quando as partes em conflito constroem uma identidade comum. Essa visão reconhece o papel central da política simbólica — por exemplo, ao rotular o outro como uma ameaça ou como um aliado — na dinâmica dos conflitos, assumindo que a paz vai além da ausência de violência, incluindo a ideia de que o conflito violento pode se tornar inconcebível em virtude da construção de relações simbólicas positivas (Ide, 2019).

Por fim, a terceira concepção entende a paz pela *integração substancial*, alcançada mediante maior coordenação e comunicação entre grupos sociais ou pela criação de formas positivas de interdependência transsocietal, tais como vínculos econômicos ou entre organizações da sociedade civil dentro dos Estados ou entre Estados. Nesse sentido, a paz não se limita à ausência de violência nem à aproximação simbólica, mas envolve uma integração substancial entre comunidades ou Estados, tanto em termos institucionais quanto por meio de conexões transsocietais (Ide, 2019; Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021).

Figura 1 - Cenários de Cooperação ambiental e de construção de paz



Fonte: Extraído de Ide (2019, p. 330).

Ademais, outro conceito importante para avaliar a construção de paz a partir do viés prático de análise projetos de environmental peacebuilding, é o de *dimensões da paz*, descrito por Ide *et al* (2021). Segundo estes autores, a análise de environmental peacebuilding deve considerar três dimensões principais: (i) *segurança*; (ii) *meios de subsistência e economia*; e (iii) *política e relações sociais*.

A dimensão da *segurança* aborda a gestão inclusiva dos recursos naturais para prevenir conflitos e proteger comunidades da degradação ambiental. A dimensão dos *meios de subsistência e economia* analisa como a insegurança econômica e a ausência de oportunidades contribuem para a persistência de conflitos. A dimensão *política e relações sociais* examina como os desafios ambientais podem se tornar pontos de cooperação e diálogo entre grupos em conflito, fortalecendo a resiliência frente a desafios globais, como as mudanças climáticas (Ide *et al*., 2021). Outros autores ainda apresentam uma quarta dimensão possível, a das *capacidades*, em que os atores reconhecem a necessidade de criar alternativas para enfrentar, mitigar ou se adaptar às ameaças aos seus direitos humanos, sociais e ambientais. Essa abordagem enfatiza que a paz começa com a capacidade individual de exercer "liberdades substanciais" ou "oportunidades de escolher e agir" (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021)

Além dessa diversidade disciplinar, os estudos em environmental peacebuilding também se caracterizam pela variedade de abordagens empíricas e níveis de análise. A literatura distingue estudos intraestatais — por exemplo, aqueles com foco na Colômbia — e interestatais — como os que analisam o Paquistão após as Guerras Indo-Paquistanesas (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021). Teoricamente, o campo também apresenta duas principais vias interpretativas: uma voltada à cooperação ambiental; e outra à gestão de recursos naturais e aos riscos associados a sua escassez ou má administração (Krampe; Swain, 2021).

A discussão sobre *cooperação ambiental* parte do pressuposto de que o manejo compartilhado de recursos pode gerar confiança e capital social, criando condições para uma paz sustentável (Krampe; Swain, 2021). Essa vertente entende que a interdependência ambiental pode substituir a lógica de confronto por uma lógica de colaboração, promovendo ações conjuntas contra a destruição do meio ambiente (Johnson; Rodríguez;

Hoyos, 2021; Sommer; Fassbender, 2024). Em termos práticos, em cenários de baixo conflito, a cooperação ambiental tem se mostrado uma ferramenta eficaz na consolidação da paz recém-estabelecida, trazendo benefícios como a redução de vulnerabilidades econômicas e ambientais frente às mudanças climáticas. Em comparação à cooperação política ou securitária, ela é menos controversa, mais acessível e mais conectada às necessidades do cotidiano, reforçando os laços sociais e relações interpessoais, fortalecendo a confiança e o bem-estar entre os atores e facilitando a criação de consensos, para além do impacto econômico obtidos (Sommer; Fassbender, 2024).

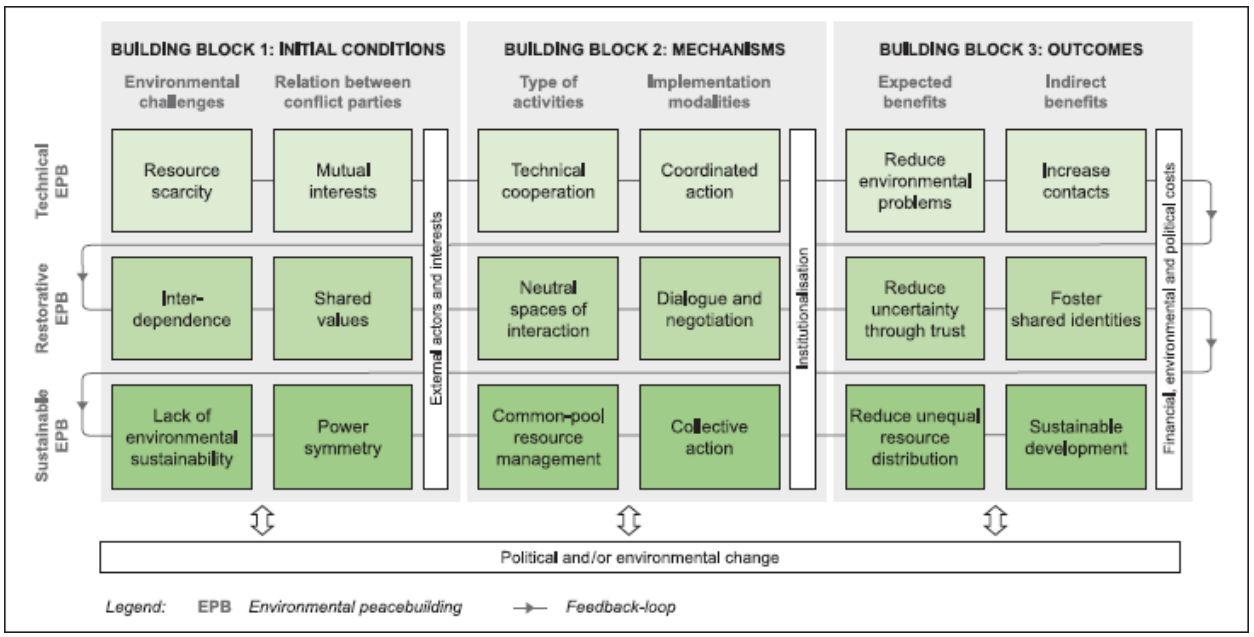
Em segundo lugar, a *abordagem dos riscos de recursos*, por sua vez, concentra-se nos recursos naturais como possíveis catalisadores de conflitos. O argumento central é que a escassez e a degradação ambiental podem intensificar disputas, aumentando o risco de violência (Krampe; Swain, 2021). Por isso, a gestão sustentável e compartilhada desses recursos torna-se essencial, tanto para evitar novos conflitos quanto para promover a restauração das relações entre países. Essa abordagem também exige a superação das causas estruturais e profundas dos conflitos — como desigualdades, pobreza e má governança — por meio do fortalecimento institucional e da administração equitativa dos recursos (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021; Krampe; Swain, 2021; Marcantonio, 2022).

Autores como Marcantônio (2022) propõem uma ampliação crítica do debate sobre essa abordagem de risco de recursos, ao distinguir manejo de recursos naturais e manejo ambiental. Segundo Marcantônio (2022), enquanto o primeiro conceito está focado no acesso e conservação, o segundo prioriza a proteção da saúde humana diante dos impactos ambientais. Para além, diversas ONGs apontam que o manejo ambiental exige instituições e marcos legais robustos para garantir um desenvolvimento sustentável durante a reconstrução no pós-guerra.

Adicionalmente, Marcantonio (2024) também chama atenção para os riscos da ausência de manejo ambiental; para ele, os maiores perigos à vida humana hoje são representados pela poluição e pelas mudanças climáticas, que já matam mais do que muitos conflitos armados. Esses impactos não são distribuídos de maneira equitativa: países pequenos e médios do Sul Global são os mais afetados, enquanto os grandes emissores sofrem menos consequências, perpetuando assimetrias de poder (Marcantonio, 2024). Assim, urge que o campo de environmental peacebuilding também incorpore o manejo ambiental e reflita sobre formas de cooperação voltadas à mitigação dos problemas ambientais atuais, para além da análise de conflitos.

No que tange a elaboração de projetos de environmental peacebuilding, Dresse *et al.* (2019) identificam três trajetórias principais, que embora distintas em seus fundamentos, frequentemente se entrelaçam na prática. As autoras utilizam a ideia de blocos fundamentais (*building blocks*) para dividir essas trajetórias, quais sejam: (i) as condições iniciais em que as partes iniciam a cooperação ambiental; (ii) os mecanismos utilizados para superar obstáculos da cooperação; e, por fim, (iii) os resultados alcançados com a cooperação.

Figura 2 - Quadro de trajetórias do Environmental Peacebuilding



Fonte: Extraído de Dresse et al. (2019, p. 8).

A primeira trajetória é a *technical environmental peacebuilding*, baseada na ideia de que soluções técnicas, como a gestão eficiente de recursos, podem reduzir as causas ambientais dos conflitos. Essa abordagem tende a ser aplicada em contextos de violência aberta, mas é limitada quando ignora os níveis de autoridade e as necessidades locais, resultando em projetos desconectados das realidades sociais que pretendem transformar (Dresse *et al.*, 2019).

A segunda trajetória é a *restorative environmental peacebuilding*, que propõe a criação de espaços coletivos de reconhecimento de injustiças e reconstrução de vínculos entre as ex-partes combatentes e entre os diversos grupos das sociedades em questão. Nesse caso, o diálogo ambiental serve como instrumento de transformação de percepções e reconfiguração de identidades, abrindo caminho para novas formas de convivência e colaboração (Dresse *et al.*, 2019).

A terceira trajetória, a do *sustainable environmental peacebuilding*, enfatiza a importância de uma distribuição equitativa dos recursos como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e para a paz. Essa abordagem busca integrar diferentes escalas de governança e promover uma justiça ambiental que vá além da mitigação de danos, atacando diretamente as causas estruturais dos conflitos. Ainda assim, sua efetividade depende da capacidade de articulação entre atores locais, regionais e internacionais, o que nem sempre é alcançado (Dresse *et al.*, 2019).

No que diz respeito à implementação e ao monitoramento dos projetos de environmental peacebuilding, é necessário que haja uma abordagem integrada que considere desde o planejamento até a avaliação de resultados, com foco na interação entre fragilidades ambientais e riscos de conflito. Isso envolve cinco etapas principais: (i) analisar como fatores

ambientais se relacionam com dinâmicas de conflito; (ii) revisar os impactos ambientais das atividades propostas; (iii) desenvolver estratégias para mitigar danos e ampliar benefícios ambientais; (iv) avaliar a capacidade da equipe e estabelecer parcerias estratégicas; e (v) alinhar as operações institucionais com políticas ambientais. Essas etapas reforçam o compromisso ético e transformador dos projetos, promovendo soluções sustentáveis e sensíveis ao contexto local (Metcalfe; Thayer, 2024). Os processos de monitoramento e os resultados dessas iniciativas estão disponíveis em plataformas online, como a *Nature-based Solutions (NbS) Initiative Homepage*, que reúne estudos de caso (Nature-based Solutions Initiative, 2025) e mapas de projetos (World Bank, 2025) que mostram os projetos de peacebuilding ao redor do mundo.

3 TENDÊNCIAS RECENTES NA PESQUISA SOBRE ENVIRONMENTAL PEACEBUILDING

Dentre as tendências mais recentes de discussões envolvendo environmental peacebuilding, uma nova leva de trabalhos tem buscado ampliar os temas e métodos do campo (Ide *et al.*, 2021). Logo, esta seção apresenta cinco tendências recentes na literatura sobre environmental peacebuilding: (i) o debate sobre programação sensível do conflito; (ii) a incorporação de tecnologias emergentes; (iii) cosmovisões e práticas indígenas; (iv) a virada local; e (v) a dimensão do gênero.

Uma das tendências é a *programação sensível ao confiito*, que propõe atuar dentro do contexto de conflito, em vez de manter o foco exclusivo em sua resolução. Essa abordagem reconhece que intervenções descontextualizadas — mesmo quando bem-intencionadas — podem agravar tensões locais. O objetivo dessa abordagem é mitigar impactos negativos e fomentar interações que não aprofundem as dinâmicas de violência (Ide *et al.*, 2021).

Um exemplo ilustrativo desse efeito negativo é a reforma rural implementada na Colômbia após o acordo de paz de 2016. Durante a Guerra Civil na Colômbia (1964-2013), as FARC detinham o controle de parte das florestas do país. Esse controle restringiu a utilização das florestas por civis, o que, por um lado auxiliou na conservação das florestas, mas por outro, também promoveu o cultivo de coca e a abertura de estradas, mediante atuação de grupos insurgentes, fato que contribuía para a degradação ambiental. As negociações para o acordo de paz ocorreram entre 2013 e 2016 e dentre as cláusulas previstas no acordo final, estava a elaboração do que foi chamado de Reforma Rural Integral (RRI) (Murillo-Sandoval *et al.*, 2020).

Um dos princípios dessa reforma era o desenvolvimento abrangente das áreas rurais, resguardando o meio ambiente, prezando pela sustentabilidade socioambiental e levando em consideração a abordagem étnica e de gênero. O acordo propunha e formalizava (1) o acesso à terra, por meio da criação de um fundo de terras que será preenchido por terras vagas ou indevidamente apropriadas; (2) a proteção a áreas de reserva; (3) o fechamento da fronteira agrícola; (4) a construção de infraestrutura, como estradas, acesso à água e (5) o Programa Nacional Integral de

Substituição de Cultivos de Uso Ilícito (PNIS), o qual seria baseado na substituição dos cultivos ilícitos, a partir de acordos com comunidades, a fim de que elas se comprometam a não replantar e a substituir por produtos lícitos (Government of Colombia; FARC-EP, 2016).

Contudo, ao se monitorar a prática da aplicação do acordo de paz, é possível perceber que o vácuo deixado pela saída da FARC levou a disputas e pressões para a utilização intensiva e desregrada da terra. Em razão da ineficiência do controle estatal, diversos investidores externos começaram a especular sobre a comercialização das terras agrícolas, o que culminou na expansão das fronteiras agrícolas. Apesar de camponeses e pequenos agricultores terem se beneficiado dos programas adotados pelo governo, o que ocorreu, em sua maioria, foi a expansão da pecuária em larga escala e de mercados ilegais especulativos de terra. Além disso, também houve a disseminação do cultivo de coca, pois, mesmo com o Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos (PNIS), grupos armados, dissidentes das FARCs e traficante de drogas perpetuaram e ampliaram o cultivo de coca em algumas regiões da Colômbia (Murillo-Sandoval *et al.*, 2020).

Desse modo, diversos impactos negativos podem ser percebidos no caso colombiano de construção de paz, haja vista que as tensões agrárias existentes no país se exacerbaram, resultando, além dos efeitos já mencionados, no aumento das pressões nas regiões de floresta. Por efeito, isso provoca também o acirramento dos conflitos entre campesinos e dissidentes da FARC, por exemplo, na região de Montes de María (Lederach, 2023).

Outra inovação importante é a *incorporação de tecnologias emergentes* como inteligência artificial, sistemas de informação geográfica (GIS)[5] e blockchain[6]. Essas ferramentas têm potencial para fortalecer sistemas de alerta precoce, apoiar decisões em tempo real, monitorar dinâmicas de conflito e fomentar ações comunitárias. No entanto, seu uso também impõe desafios significativos, como riscos à privacidade, problemas com a qualidade e integridade dos dados e a possibilidade de amplificação de tensões políticas e sociais (Ide *et al.*, 2021).

Um exemplo dessa abordagem é o estudo de Sowers e Weinthal (2021 apud Ide *et al.* 2021). Este trabalho analisa os ataques à infraestrutura civil no Iêmen entre 2011 e 2019 e quais os impactos que eles trouxeram para a segurança humana e as dificuldades enfrentadas para a construção de paz na região, em termos logísticos e éticos. A guerra no Iêmen, de acordo com o autor, é caracterizada pelo ataque às infraestruturas essenciais do país, levando a inúmeras mortes civis – que inclusive ultrapassam às dos combatentes – e à degradação dos sistemas de água, energia, saúde

5. Sistemas de Informação Geográfica são ferramentas computacionais que capturam, armazenam, analisam, gerenciam e visualizam dados, permitindo realizar consultas, sobreposição de dados e geração de dados. Uma das aplicações desse sistema é o monitoramento de desastres naturais e de mudanças ambientais. Esse rastreio pode contribuir para detectar padrões, prever cenários e formular políticas baseado nesses achados (Jonker, 2023).
6. Blockchain é uma tecnologia de registro digital descentralizado que permite registrar e rastrear transações com segurança e transparência. Cada transação é armazenada em blocos conectados em cadeia e protegidos contra alterações, promovendo confiança entre os envolvidos. Uma aplicação dessa tecnologia são os registros de dados de suprimentos, terras ou doações internacionais em contexto de conflito ou de construção de paz (IBM, 2025).

e agricultura, culminando em violência por impactos diretos (ataques armados) e indiretos (desnutrição, fome e surto de doenças). Além disso, esses ataques, para além da segurança humana, também impactam o meio ambiente (Sowers; Weinthal, 2021).

Neste artigo, os autores expõem algumas tecnologias que foram utilizadas nos esforços de paz. Um dos exemplos são as coordenadas de GPS, que foram utilizadas pelo Programa Alimentar Mundial para o rastreamento eletrônicos de alimentos e o mapeamento das distribuições geográficas de incidentes registrados nos bancos de dados. Contudo, há uma ampla dificuldade na coleta de informações confiáveis. Exemplo disso é o fato de que os projetos que produzem bancos de dados, como o *Civilian Impact Monitoring Project*, não coletam informações específicas sobre a identidade dos perpetradores dos crimes. Além disso, a utilização de tecnologia na construção de paz também enfrenta resistências, pois há o temor de vazamento de informações, que poderiam prejudicar os civis no conflito, revelando onde os grupos estariam localizados e os transformando em alvos para os grupos beligerantes. Assim, apesar de haver diversos benefícios na utilização dessas tecnologias na construção de paz, sua utilização ainda é restrita, em razão dessas limitações expostas (Sowers; Weinthal, 2021).

Além dessas perspectivas, ganha-se destaque a *incorporação das cosmovisões e práticas indígenas* ao debate sobre environmental peacebuilding, especialmente no contexto latino-americano. No caso das comunidades indígenas do Cauca, na Colômbia, práticas como as da Guarda Indígena ilustram formas autônomas de proteção territorial que resistem tanto à violência armada quanto aos modelos hegemônicos de construção da paz. A noção de "mala muerte", utilizada para descrever mortes violentas associadas ao conflito armado, expressa uma cosmologia que relaciona a violência a desequilíbrios na harmonia entre seres humanos, natureza e ancestralidade. Essas perspectivas ampliam os horizontes do environmental peacebuilding ao situar o cuidado com o meio ambiente dentro de uma rede de significados que transcende as categorias ocidentais de segurança e conservação (Ruette-Orihuela *et al.*, 2023).

Nas contribuições indígenas, também é de suma importância a relação entre autonomia territorial e conflito. A defesa do território pelas comunidades indígenas frequentemente entra em confronto com os interesses de forças de segurança, grupos armados ilegais, narcotráfico, empreendimentos de mineração e monoculturas. Na cosmologia indígena, a terra é entendida não apenas como um recurso, mas como espaço vital de existência, o que transforma sua proteção em um ato de resistência frente ao mundo externo, o que pode gerar retaliações e novas formas de violência dentro da sociedade (Ruette-Orihuela *et al.*, 2023). Assim, as abordagens indígenas ao environmental peacebuilding estão profundamente ligadas à luta por autodeterminação e pelo controle de seus próprios recursos. Seus saberes e práticas não apenas enriquecem os debates sobre paz ambiental, mas também desafiam as estruturas políticas, ontológicas e epistemológicas que historicamente marginalizaram essas populações.

Além disso, destacam-se as contribuições da *virada local e das abordagens de baixo para cima* (*bottom-up approaches*), que enfatizam a participação

das comunidades locais nos processos de construção da paz (Ide *et al.*, 2021). Nesse contexto, a crítica à paz liberal não se opõe às suas aspirações, mas à sua tendência de manter o *status quo* por meio de práticas intervencionistas, resultando em uma paz frágil e superficial, marcada por conflitos latentes. Como alternativa, surge a abordagem pós-liberal ou de paz híbrida, inspirada em perspectivas pós-coloniais, que reconhece as formas pelas quais as populações locais negociam, resistem ou subvertem o modelo liberal nas dinâmicas de conflito (Mac Ginty, 2011; Richmond, 2011).

Contudo, os projetos de environmental peacebuilding têm enfrentado dificuldades em integrar, de forma efetiva, as abordagens de baixo para cima, as quais facilitariam a construção da paz entre diferentes grupos sociais que atuam em múltiplas escalas e sob distintas formas de legitimidade sociopolítica (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021). Nesse sentido, algumas experiências podem ser destacadas, como o trabalho da Burt e Keiru (2011), o qual analisa o fortalecimento da construção de paz mediante manejo de água, na República Democrática do Congo, no Afeganistão e na Libéria. Esse trabalho aponta como a gestão de recursos hídricos foi um pilar na construção de paz, mediante perspectiva na qual as comunidades foram protagonistas nas iniciativas de paz. Destaca-se também o papel de instituições, como a ONG Tearfund, a qual ofereceu serviços básicos de água, saúde e saneamento, além de promover treinamentos sobre gerenciamento de recursos para as comunidades dos casos supracitados, a fim de auxiliar no desenvolvimento das capacidades locais e na integração destas. Dessa forma, esses organismos internacionais conseguem empoderar a população local e permitir que elas sejam protagonistas das iniciativas de paz (Burt; Keiru, 2011).

Outros três casos são fundamentais para entender a dimensão do local dentro do environmental peacebuilding e suas consequentes limitações. Em primeiro lugar, destaca-se o artigo de Ide, Palmer e Barnett (2021), sobre o modelo local de environmental peacebuilding no Timor-Leste. Nele se analisa a incorporação do *tara bandu* na gestão ambiental. O *tara bandu* é uma prática ritualística que tem por propósito proteger plantações, fontes de água e o meio ambiente como um todo, por meio da mediação de disputas de terras e demarcação de limites territoriais. Dessa forma, previne-se que haja violência dentro da comunidade. De acordo com os autores, essa prática é bem-sucedida naquilo que se propõe, sendo uma ferramenta eficaz na construção de uma paz sustentável, uma vez que, por ser realizada por lideranças locais, favorece o apaziguamento de relações sociais que podem vir a ser ou são conflitantes.

Nos últimos anos tem havido uma incorporação do *tara bandu* tanto em práticas estatais quanto em outros contextos de construção de paz internacional. Os autores chamam a atenção para este processo, pois ao adotar essa prática irrefletidamente, isso pode gerar um engajamento superficial. Além disso, o fato de que essa prática é intrínseca a uma cosmovisão local, faz com que ao padronizá-la, a população local perca seu controle, fracassando em seu objetivo primordial, qual seja, a integração das comunidades locais. Logo, apesar prática do *tara bandu* ser um caso de sucesso de iniciativa bottom-up de construção de paz no Sul Global – contrariando a visão ocidental de que os países do sul são incapazes de

resolver seus problemas sem auxílio do ocidente –, sua transmutação para contextos externos pode causar fricções e levar à perda do protagonismo das abordagens bottom-up (Ide; Palmer; Barnett, 2021).

Em segundo lugar, Johnson (2021) analisa a construção de paz em Serra Leoa, caso fundamental para se pensar as limitações das abordagens de baixo para cima. Após o fim dos conflitos, a governança ambiental tornou-se um pilar da agenda de construção de paz em Serra Leoa, sendo fundamental resolver a questão das disputas por tantalita ("a pedra negra")[7] e pelo direito e posse de terras no distrito de Bombali entre proprietários (representada pela MIACCO, cooperativa de proprietários) e AMR- Gold Exploration, uma empresa multinacional.

Nesse cenário, tornou-se necessário a realização do que o autor conceituou como hibridismo institucional, em síntese, a integração política de diversos atores e grupos que pudessem contribuir para as reformas institucionais no pós-conflito. Embora haja críticas sobre a iliberalidade das iniciativas adotadas no contexto de Bombali, essa solução foi capaz de cumprir com o objetivo da agenda de construção de paz: construir uma governança ambiental mais participativa. Assim, o artigo mostra as limitações quanto à institucionalidade e à possibilidade de alimentar conflitos no curto prazo, porém, ela é vista como essencial para garantir a paz duradoura, mediante capacitação de atores locais que contribuirão para o redesenho institucional da região (Johnson, 2021).

Por fim, Huda (2021) investiga a construção de paz local como resposta ao populismo etnonacionalista. A região do Sul da Ásia é uma das regiões menos pacíficas do mundo e recentemente aumentou-se as tensões nesta região. Na Índia, por exemplo, o governo do Partido Bharatiya Janata (BJP) tem promovido políticas de exclusão, atacando muçulmanos e vinculando a cidadania à identidade religiosa (Lei de Emenda da Cidadania). Isso levou a linchamentos, normalização do discurso de ódio e motins religiosos. No Paquistão, extremistas religiosos buscam uma identidade muçulmana sunita homogênea, com discriminação contra minorias religiosas e leis regressivas como a Lei da Blasfêmia (Huda, 2021).

De acordo com o autor, para abordar o populismo etnonacionalista é necessária uma abordagem local de cooperação ambiental, pois essas abordagens conseguem mobilizar a juventude, abordar raízes culturais e religiosas do conflito, construir afinidades, criar formas regionais de identidade e de consistências locais, as quais sejam capazes de apoiar soluções ecológicas para conflitos instáveis, como o da Índia e Paquistão. O trabalho, para tanto, apresenta dois estudos de caso: o da Floresta *Sundarbans* (entre a Índia e Bangladesh) e o do Deserto de Thar (entre a Índia e o Paquistão).

No primeiro caso, há o treinamento de professores para problematizar os discursos históricos de ódio e disseminar teorias de justiça ambiental e interdependência ecológica. No segundo caso, há a troca entre

7. Mineral valorizado bastante utilizado na indústria eletrônica. Ele pode se associar com a columbita, onde são nomeados de columbita-tantalina (de modo abreviado COltan), possuindo características químicas que suportam o calor sendo fundamentais para a utilização em computadores e automóveis. A mineração do coltan gera diversos conflitos, o Congo é um caso característico.

alunos universitários, vinculando atividades educacionais e iniciativas ambientais, a partir do desenvolvimento de projetos de água e energia no Thar, por meio de parceria com a *South Asian University* (SAU). Diante disso, o resultado demonstra como a solução para a paz, nos casos de conflitos instáveis e históricos, não é possível em um curto período e com soluções normativas ocidentais, como é comumente proposto pelas alternativas *top-down*. As opções viáveis, nestes casos, apresentadas pelo autor, devem considerar vias de construção de paz locais, que se esforcem nas áreas de educação e do meio ambiente (Huda, 2021).

Quando essas abordagens locais falham — seja por dinâmicas internas, interferência externa ou fatores políticos — os riscos incluem a intensificação da exploração de recursos e o agravamento de conflitos comunitários. Diante da prevalência de formas contemporâneas de violência política de natureza não estatal, cresce o interesse por práticas locais de *environmental peacebuilding*, especialmente em temas relacionados à segurança humana e aos meios de subsistência (Ide *et al.*, 2021). Dessa forma, integrar a comunidade local nos projetos é fundamental: não basta elaborar intervenções unilaterais, é necessário estabelecer diálogo com a população afetada, para que a preservação ambiental promova, de fato, condições sustentáveis de paz.

Ao levar em consideração as comunidades locais, também deve-se ter um cuidado especial com a *intersecção de gênero*. Atualmente, dentro do campo de environmental peacebuilding, o gênero carece de uma maior integração, sendo ainda pouco debatido. Apesar dos avanços desde a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança, o tema permanece em posição marginal dentro do campo (Ide *et al.*, 2021). Ainda assim, há alguns estudos que, mediante teorias feministas, propõe uma abordagem crítica sobre perspectivas de gênero nos processos de construção da paz.

De acordo com Yoshida e Céspedes-Báez (2021), a agenda de Mulheres, Paz e Segurança (MPS) e o campo de environmental peacebuilding evoluíram separadamente, com poucos esforços voltados à análise abrangente das interconexões entre identidades de gênero e dinâmicas de poder. Contudo, as autoras argumentam que as contribuições feministas são cruciais para aproximar esses dois campos, uma vez que oferecem lentes analíticas mais completas para compreender as complexas formas pelas quais o meio ambiente se entrelaça com conflitos, questões de gênero e ecologias vividas pelas populações afetadas (Metcalfe; Thayer, 2024; Yoshida; Céspedes-Báez, 2021).

Embora as mulheres ocupem posições fundamentais como detentoras de saberes tradicionais, lideranças comunitárias e mediadoras de conflitos, elas ainda enfrentam vulnerabilidades específicas no que se refere ao acesso e ao controle de recursos naturais, especialmente em contextos de desigualdade estrutural. Além disso, elas comumente são vistas unicamente como vítimas, e não reconhecidas como agentes ativas na construção da paz (Ide *et al.*, 2021). Nesse sentido, o foco excessivamente estreito da agenda MPS na violência sexual relacionada aos conflitos armados contribui para obscurecer uma consideração mais ampla sobre outras formas de violência (como a violência ecológica e ambiental,

por exemplo), que impactam diretamente os meios de vida das mulheres (Yoshida; Céspedes-Báez, 2021) e diminuem seus papeis em esforços de construção da paz.

Por conseguinte, autoras feministas têm defendido que análises informadas por perspectivas de gênero — especialmente quando articulada a uma abordagem interseccional — são essenciais para evidenciar as diferentes formas como homens e mulheres experimentam os impactos da degradação ambiental, reconhecendo que essas experiências também variam entre grupos sociais e localizações geográficas. Tal abordagem permite visibilizar o papel das mulheres em práticas sustentáveis, na mediação de conflitos e na reconstrução dos vínculos dentro das comunidades locais. Com base nisso, propõe-se que a agenda MPS vá além da vitimização das mulheres e da mera inclusão das mulheres na gestão dos recursos naturais, a fim de considerar as mulheres como protagonistas para a construção da paz ambiental (Yoshida; Céspedes-Báez, 2021).

4 DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Embora environmental peacebuilding tenha como um de seus supostos trunfos a proposta de transcender conflitos ideológicos, por meio da cooperação ambiental frente à ameaça existencial das mudanças climáticas, essa abordagem ainda carece de revisão e aprimoramento, especialmente no que tange aos projetos implementados. Diversas iniciativas, ao invés de contribuir para a proteção ambiental, acabam gerando impactos negativos ao meio ambiente (Sommer; Fassbender, 2024). Entre as principais críticas dirigidas ao campo, destacam-se o caráter liberal e o viés ocidental que muitos projetos acabam por reproduzir.

Nesse sentido, a aplicação de lógicas liberais aos projetos de environmental peacebuilding tem por efeito centrar as discussões no valor de mercado dos recursos naturais. Desse modo, as prioridades e capacidades locais tendem a ser ignoradas, o que compromete o sucesso das iniciativas (Dresse *et al.*, 2019). Assim, ainda que a gestão de recursos naturais possa promover uma paz localizada, tais iniciativas muitas vezes não se expandem para níveis mais amplos e, em certos contextos, podem até minar a paz. Isso se agrava quando são aplicadas por meio de abordagens verticalizadas, nas quais a interação entre os diferentes níveis de governança de recursos naturais aprofunda divisões entre Estado e sociedade ou desestabiliza a coesão social (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021)

Além dessas críticas, muitos autores apontam a necessidade de maior rigor metodológico, com a adoção de metodologias mais diversas e hipóteses mais bem formuladas (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021). Soma-se a isso a escassez de conceitos teóricos robustos que articulem de forma clara a relação entre cooperação ambiental e construção da paz (Krampe; Swain, 2021). Um dos pressupostos teóricos da área de environmental peacebuilding é que a cooperação ambiental leva automaticamente à construção da paz mediante efeitos *spillover* (transbordamento). Contudo, Dresse *et al.* (2019) apontam que eles não ocorrem de forma linear, tampouco são politicamente neutros. Ao contrário, podem ser moldados por desigualdades preexistentes, contextos locais e relações

assimétricas entre os atores envolvidos, resultando em trajetórias híbridas cujos resultados nem sempre correspondem às expectativas iniciais.

Dentro desse arcabouço, três pressupostos teóricos principais de *spillover* devem ser questionados. O primeiro diz respeito ao transbordamento entre fronteiras políticas, baseado na noção de que "o meio ambiente não conhece fronteiras", como nos casos de poluição da água ou mudanças climáticas. Todavia, essa perspectiva ignora as dinâmicas de poder locais e internacionais, bem como os desafios de adaptação institucional entre fronteiras sociopolíticas e ecológicas, como o caso do Chipre, por exemplo (Dresse *et al.*, 2019). Neste exemplo específico, de acordo com Zikos, Sorman e Lau (2015), as fronteiras sociopolíticas do modo como elas são conformadas impactam negativamente na gestão conjunta de água, uma vez que estratégias unilaterais tendem a ser adotadas, ao invés de primar pela cooperação entre os países da região. Assim, para construir uma governança sustentável da água, considerando que as questões ambientais são uma problemática transsocietal, seria necessário estabelecer uma fronteira ecológica. Isso poderia se dar mediante flexibilização das fronteiras sociopolíticas, visando o aumento da cooperação (Zikos; Sorman; Lau, 2015).

Já o segundo pressuposto é o de transbordamento entre setores, sustentado pela interdependência do meio ambiente com áreas como economia, saúde e justiça. Contudo, essa interconexão representa um desfio, pois dificulta a atribuição de causalidade direta entre cooperação ambiental e paz. Por fim, o transbordamento entre escalas envolve a articulação entre níveis local, nacional e internacional. No entanto, essa abordagem corre o risco de reforçar assimetrias existentes, como demonstrado nos casos de Chipre e da cooperação hídrica entre Israel e Palestina (Dresse *et al.*, 2019).

Neste último caso, questiona-se a cooperação em contextos que há grande assimetria de poder e percepções distintas sobre direito e necessidades ambientais, como ocorre no Comitê Conjunto de Água (JWC), no caso de israelo-palestino. Os acordos do regime hídrico funcionaram como instrumento de contenção para apaziguar as demandas palestinas e manter o status quo de Israel na região, que segue dominando a bacia da Cisjordânia. Além disso, o acordo facilita as ambições territoriais e expansionistas de Israel na Cisjordânia e garante a Israel poder de veto sobre as questões aquíferas. A cooperação, neste caso, de acordo com o autor, é uma fachada para a perpetuação da dominação israelense, reforçando as assimetrias de poder o que torna uma cooperação ambiental plena dificilmente executável (Selby, 2013).

Outro ponto de fragilidade do campo é a escassa análise empírica e teórica sobre as interações entre os processos sociais, políticos e ecológicos envolvidos nos projetos de environmental peacebuilding. Temas como a resistência da população civil às intervenções, a instrumentalização política da retórica ambiental e os impactos ambientais concretos muitas vezes são negligenciados. Além disso, a dimensão do poder costuma ser subestimada: as desigualdades históricas, os interesses conflitantes e as relações sociais estabelecidas ao longo dos conflitos frequentemente

dificultam a cooperação ambiental e a gestão sustentável dos recursos naturais, revelando formas de resistência por parte de determinados grupos sociais (Krampe; Swain, 2021).

Além disso, Ide (2020) apresenta uma crítica sistemática ao campo de environmental peacebuilding, utilizando seis pontos que evidenciam seus impactos negativos, referindo-se a eles como os "6Ds". O primeira delEs é a *despolitização*, que ocorre quando os projetos priorizam soluções técnicas e evitam discussões sobre as causas estruturais dos conflitos. O segundo é o *deslocamento*, que diz respeito à remoção de comunidades locais de suas terras, muitas vezes sem compensações adequadas. O terceiro é a *deterioração em confiito*, que se dá quando os projetos acentuam tensões sociais, étnicas ou de gênero. O quarto é a *deslegitimação do Estado*, que surge quando o governo perde sua autoridade perante a população, por não liderar ou participar efetivamente da implementação das iniciativas. O quinto é a *degradação ambiental*, a qual ocorre quando a exploração de recursos naturais se intensifica, especialmente em zonas de gestão compartilhada. Por fim, o sexto ponto é a *discriminação*, que se refere à marginalização de grupos sociais durante os processos de construção da paz, seja por razões étnicas, sociais ou de gênero (Ide, 2020).

A fim de contornar os efeitos negativos identificados nos "6Ds", propõe-se uma estratégia multifacetada. Esta envolve a aplicação de avaliações de impacto ambiental e social, acompanhadas de um rigoroso monitoramento externo. Tal fiscalização pode ser exercida por agências doadoras e pela imprensa internacional. Adicionalmente, é imperativo o desenvolvimento de marcos legais nacionais que coíbam práticas discriminatórias e deslocamentos forçados. A estratégia se completa com a promoção de consultas públicas inclusivas e a integração das perspectivas de gênero e de conflito nas etapas mais precoces de cada projeto (Ide, 2020).

Outrossim, autores como Davis *et al.* (2023) destacam a importância de incluir uma perspectiva crítica sobre as dinâmicas de poder na formulação e implementação de projetos de environmental peacebuilding. Para esses autores, é fundamental engajar-se no estudo das causas históricas da marginalização e da desigualdade no acesso aos recursos naturais, a fim de problematizar a origem das injustiças ambientais e transformar os conflitos de forma significativa. Segundo eles, é preciso "passar da lógica da resolução para a compreensão dos conflitos" (Davis *et al.*, 2023), incorporando uma concepção relacional de poder que permita à construção da paz assumir um caráter verdadeiramente transformador e sustentável.

Por fim, é importante destacar que a literatura sobre environmental peacebuilding ainda carece de diversidade. A maioria dos estudos é conduzida por autores homens, com pouca representatividade de pesquisadores oriundos do Sul Global. Essa falta de inclusão pode levar a interpretações parciais ou distorcidas das dinâmicas socioecológicas, reforçando a necessidade de uma colaboração mais plural entre estudiosos de diferentes contextos geográficos, sociais e epistemológicos (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021).

Em síntese, os desafios enfrentados pela environmental peacebuilding não se limitam às suas limitações técnicas ou operacionais, mas dizem respeito a estruturas mais profundas de poder, desigualdade e

representação. Tornar o campo verdadeiramente transformador exige a incorporação de múltiplas vozes, metodologias críticas e uma atenção constante aos contextos locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar um apanhado das principais contribuições da literatura sobre o campo de environmental peacebuilding. Como já destacado, em meio ao contexto de crise do clima que o mundo vivencia hoje, é necessário repensar as formas com que lidamos com a economia, a justiça e a segurança. O aumento dos trabalhos sobre environmental peacebuilding representa um ponto de partida relevante para repensar os Estudos para a Paz sob uma perspectiva não apenas mais sustentável. O diálogo desse campo com outros debates na área, particularmente as contribuições de perspectivas feministas e do Sul Global tem desempenhado um papel importante na ampliação e na diversificação do campo.

Apesar de ainda operar, em grande parte, a partir de pressupostos neoliberais e de abordagens dominantes do Norte Global, o campo tem oferecido importantes ferramentas para refletir sobre os vínculos entre meio ambiente e construção da paz. Ainda há lacunas teóricas e empíricas significativas, sobretudo no que diz respeito à inclusão de saberes locais, perspectivas indígenas e ao diálogo com conceitos como resistência civil e reconciliação. O aprofundamento dessas conexões pode contribuir para tornar a environmental peacebuilding mais sensível às dinâmicas territoriais e aos processos históricos que moldam os conflitos socioambientais.

Nesse sentido, dentro dos estudos de environmental peacebuilding é necessário resgatar o entendimento ancestral que discute a relação entre o ser humano e o meio ambiente a partir de uma perspectiva enraizada em identidade e pertencimento, exemplarmente ilustrada por Wangari Maathai quando afirma que:

> Ao buscar a restauração do meu continente, estou, literalmente, restaurando a mim mesma [...] porque quem somos está profundamente ligado aos rios e córregos, às árvores e aos vales [...] Estamos lutando pelo futuro de nossos filhos, pelos filhos dos homens e mulheres que cresceram conosco, e pelas futuras gerações de outras espécies (Maathai, 2009, p. 301).

Essa percepção, fortemente relacionada a muitas cosmovisões indígenas, tensiona as concepções dominantes que enxergam o meio ambiente apenas como recurso financeiro. Em vez disso, aponta para compreensões que valorizam o vínculo afetivo, espiritual e político com a terra. Tais contribuições devem ser adotadas para problematizar o campo e permitir que seja uma abordagem que possa garantir a construção de uma paz duradoura e inclusiva. Logo, a environmental peacebuilding pode ser compreendido como um campo emergente e em constante evolução, atravessado por diferentes vertentes e potencialmente capaz de abrir caminhos originais para a construção de alternativas mais justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

BURT, Murray; KEIRU, Bilha Joy. Strengthening post-conflict peacebuilding through community water-resource management: case studies from Democratic Republic of Congo, Afghanistan and Liberia. **Water International**, [*s. l.*], v. 36, n. 2, p. 232–241, 2011.

DAVIS, Katy *et al*. Power in environmental peacebuilding. **World Development Sustainability**, [*s. l.*], v. 3, p. 100-110, 2023.

DEUDNEY, Daniel. The case against linking environmental degradation and national security. **Millennium**, vol. 19, n. 3, p. 461-476, 1990.

DRESSE, Anaïs *et al*. Environmental peacebuilding: Towards a theoretical framework. **Cooperation and Conflict**, [*s. l.*], v. 54, n. 1, p. 99–119, 2019.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, 167-191, 1969.

GLEICK, Peter. Environment and security: the clear connections. **Bulletin of the Atomic Scientists**, vol. 47, n. 3, p. 16-21, 1991.

GOVERNMENT OF COLOMBIA; FARC-EP. **Final Agreement to End the Armed Conflict and Build a Stable and Lasting Peace**. [*S. l.: s. n.*], 2016. Disponível em: https://www.jep.gov.co/Documents/Acuerdo%20Final%20ingles.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

HOMER-DIXON, Thomas. **Environment, scarcity and violence**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HUDA, Mirza Sadaqat. An ecological response to ethno-nationalistic populism: grassroots environmental peacebuilding in south Asia. **International Affairs**, [*s. l.*], v. 97, n. 1, p. 119–138, 2021.

IBM. **Blockchain**. [*S. l.*], 2025. Disponível em: https://www.ibm.com/br-pt/topics/blockchain. Acesso em: 12 jun. 2025.

IDE, Tobias. Space, discourse and environmental peacebuilding. **Third World Quarterly**, [*s. l.*], v. 38, n. 3, p. 544–562, 2017.

IDE, Tobias. The dark side of environmental peacebuilding. **World Development**, [*s. l.*], v. 127, p. 104-777, 2020.

IDE, Tobias. The Impact of Environmental Cooperation on Peacemaking: Definitions, Mechanisms, and Empirical Evidence. **International Studies Review**, [*s. l.*], v. 21, n. 3, p. 327–346, 2019.

IDE, Tobias *et al*. The past and future(s) of environmental peacebuilding. **International Affairs**, [*s. l.*], v. 97, n. 1, p. 1–16, 2021.

IDE, Tobias; PALMER, Lisa R; BARNETT, Jon. Environmental peacebuilding from below: customary approaches in Timor-Leste. **International Affairs**, [*s. l.*], v. 97, n. 1, p. 103–117, 2021.

JOHNSON, Mckenzie F. Fighting for black stone: extractive conflict, institutional change and peacebuilding in Sierra Leone. **International Affairs**, [*s. l.*], v. 97, n. 1, p. 81–101, 2021.

JOHNSON, McKenzie F.; RODRÍGUEZ, Luz A.; HOYOS, Manuela Quijano. Intrastate environmental peacebuilding: A review of the literature. **World Development**, [*s. l.*], v. 137, p. 105-150, 2021.

JONKER, Alexandra. **Sistema de Informação Geográfica (GIS)**. [*S. l.*], 2023. Think Tank. Disponível em: https://www.ibm.com/br-pt/think/topics/geographic-information-system. Acesso em: 12 jun. 2025.

KRAMPE, Florian; SWAIN, Ashok. Environmental Peacebuilding. *In*: RICHMOND, Oliver P.; VISOKA, Gëzim (org.). **The Oxford Handbook of Peacebuilding, Statebuilding, and Peace Formation**. 1. ed. [*S. l.*]: Oxford University Press, 2021. p. 563–578.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. From strategy to Security: Foundations of Critical Security Studies. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (eds.). **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, Cap. 2, p. 33-58.

LEDERACH, Angela Jill. **Feel the grass grow: ecologies of slow peace in Colombia**. Stanford, California: Stanford University Press, 2023.

MAATHAI, Wangari. **The Challenge for Africa**. New York: Pantheon Books, 2009.

MAC GINTY, Roger. **International Peacebuilding and Local Resistance**: hybrid forms of peace. London: Routledge, 2011.

MARCANTONIO, Richard. Environmental violence and enterprise: The outsized role of business for environmental peacebuilding. **Business Horizons**, [*s. l.*], v. 67, n. 6, p. 685–698, 2024.

MARCANTONIO, Richard A. Toxic diplomacy through environmental management: A necessary next step for environmental peacebuilding. **World Development Perspectives**, [*s. l.*], v. 28, p. 100-471, 2022.

METCALFE, Louis; THAYER, Emily. **Environmental Conflict and Peacebuilding Toolkit**. [*S. l.*]: International Republican Institute, 2024. Disponível em: https://www.iri.org/wp-content/uploads/2024/11/Enviromental-Conflict-and-Peacebuilding-Toolkit.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

MURILLO-SANDOVAL, Paulo J. *et al*. The end of gunpoint conservation: forest disturbance after the Colombian peace agreement. **Environmental Research Letters**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 34-33, 2020.

NATURE-BASED SOLUTIONS INITIATIVE. **Nature-based Solutions Case Study Search Platform**. [*S. l.*]: University of Oxford, 2025. Disponível em: https://casestudies.naturebasedsolutionsinitiative.org/case-search/.

OLIVEIRA, Gilberto. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p.148-172, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU declara que meio ambiente saudável é um direito humano**. [*S. l.*], 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/192608-onu-declara-que-meio-ambiente-saudável-é-um-direito-humano. Acesso em: 12 jun. 2025.

RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIALL, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution**. Third Edition. London: Polity, 2011.

RICHMOND, Oliver. **A Post-Liberal Peace**. London: Routledge, 2011.

RUETTE-ORIHUELA, Krisna *et al*. Necropolitics, peacebuilding and racialized violence: The elimination of indigenous leaders in Colombia. **Political Geography**, [*s. l.*], v. 105, p. 102934, 2023.

SELBY, Jan. Cooperation, Domination and Colonisation: The Israeli-Palestinian Joint Water Committee. **Water Alternatives**, [*s. l.*], v. 6, n. 1, p. 1–24, 2013.

SOMMER, Udi; FASSBENDER, Francesca. Environmental Peacebuilding: Moving beyond resolving Violence-Ridden conflicts to sustaining peace. **World Development**, [*s. l.*], v. 178, p. 106555, 2024.

SOWERS, Jeannie; WEINTHAL, Erika. Humanitarian challenges and the targeting of civilian infrastructure in the Yemen war. **International Affairs**, [*s. l.*], v. 97, n. 1, p. 157–177, 2021.

WALT, Stephen. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, vol. 35, n.2, p. 211-239, 1991.

WORLD BANK. **Map of Projects**. [*S. l.*]: Global Program on Nature-Based Solutions for Climate Resilience, 2025. Disponível em: https://naturebasedsolutions.org/projects. Acesso em: 12 jun. 2025.

YOSHIDA, Keina; CÉSPEDES-BÁEZ, Lina M. The nature of Women, Peace and Security: a Colombian perspective. **International Affairs**, [*s. l.*], v. 97, n. 1, p. 17–34, 2021.

ZIKOS, Dimitrios; SORMAN, Alevgul H.; LAU, Marisa. Beyond water security: asecuritisation and identity in Cyprus. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 309–326, 2015.